



FORMULAÇÕES ESTRATÉGICAS E AUTONOMIA NACIONAL: O PODER NAVAL E A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE OS ANOS 1970-80

Dilceu Roberto Pivatto Junior¹

Introdução

A academia brasileira está envolvendo em anos recentes, para ser mais específico a partir do final dos anos de 1990, alguns grupos nos estudos das questões de Defesa e segurança, que agora não mais se limitam a uma preocupação restrita das Forças Armadas e da diplomacia (CERVO, 2008, p. 503). O próprio pedido do Brasil para uma reforma no Conselho de Segurança da ONU, em razão da falta de representatividade e eficácia diante dos conflitos do século XXI, lança o país a uma maior preocupação sobre as condições das Forças Armadas brasileiras. Por ocasião da assinatura em Brasília, em 2008, do tratado de constituição da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), o governo brasileiro propôs que se criasse o Conselho de Defesa Sul-americano. A partir de então, a Organização dos Estados Americanos (OEA) é afastada das decisões sobre segurança e Defesa na América do Sul, conforme os interesses de distanciamento da hegemonia norte-americana e autonomia da região.

No decorrer dos últimos quinze anos são visíveis as mudanças na distribuição de poder econômico mundial, incrementadas pelo ativismo político internacional de países intermediários. Neste processo o Brasil, inserido no conjunto de países que procuram aumentar seu protagonismo internacional – emergência de novos fóruns e articulações internacionais como o G-20 e os BRICS – pretende ampliar suas margens de autonomia, especialmente no entorno estratégico regional.² Preocupado com os assuntos de Defesa, em 2008, o governo Lula elaborou um plano para o equipamento das Forças Armadas envolvendo maiores investimentos na indústria militar e pesquisa tecnológica (CERVO, 2008, p. 504). A publicação da END – Estratégia Nacional de Defesa – prevê

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CAPES. E-mail: dilceu.pivatto@hotmail.com

² Nota-se considerável aumento do protagonismo brasileiro no sistema internacional durante os dois mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A partir do governo Dilma Rousseff (2011-2016) houve considerável retração da política externa brasileira, que possivelmente poderá se acentuar durante o atual governo Michel Temer.

a reestruturação das três Forças Armadas, investimentos pesados no desenvolvimento doméstico de capacidades e a reativação da indústria de Defesa. Essas preocupações relacionadas às questões de Defesa sugerem uma análise do pensamento da Marinha brasileira, suas formulações estratégicas e projetos referentes à autonomia do Brasil no seu entorno estratégico regional e cenário internacional.

Os debates produzidos a respeito de um maior protagonismo do Brasil no cenário internacional, levando em consideração o aumento das capacidades das Forças Armadas, podem ser identificados a partir dos anos de 1970. A década de 70 inaugurou um novo momento para o Brasil no que se refere a sua concepção de poder e aplicação deste nos órgãos decisórios internacionais (FLORES, 1972). A partir de então, o emprego do Poder Naval passaria por mudanças no sentido de deixar de ser uma força naval subordinada aos Estados Unidos numa eventual guerra antissubmarino contra a URSS. O Poder Naval começou a ser identificado como um fator importante, onde o seu emprego passa a ser percebido como instrumento de barganha diplomática para a dissuasão.

Em meio a isso, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Marinha - atualmente inexistente com a criação do Ministério da Defesa em 1999 - tendem a lançar perspectivas direcionadas ao estabelecimento e fortalecimento de uma comunidade de paz e segurança no Atlântico Sul. Levando em consideração os elementos até então abordados, este artigo propõe o debate a respeito do desenvolvimento das formulações estratégicas no âmbito da Marinha do Brasil e suas implicações políticas. Possivelmente existam pensamentos predominantes de acordo com determinado momento, que nos remetem ao entendimento dos planos propostos pelo governo sobre os assuntos de Defesa e segurança. Como reflexão, destaca-se os investimentos do governo brasileiro no seu desenvolvimento tecnológico militar naval, como uma necessidade associada à elevação da estatura internacional do Brasil. A partir disso, buscou-se atender os interesses próprios de projeção de poder, dissuasão e de determinada autonomia tecnológica na produção dos meios da Força.

Propõe-se assim, um debate inédito da formulação do pensamento da Marinha do Brasil, diferente do modelo anterior subordinado aos Estados Unidos e à agenda da Guerra Fria que pautaram a Marinha brasileira desde a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970. A afirmação e a continuidade de um projeto da Marinha e a sua própria projeção de poder, em meio à crise econômica entre os anos de 1970 e 1980, não ocorreu nos anos de 1990. Somente a partir da política externa do governo Lula – que teve continuidade em certa medida pelo governo de Dilma Rousseff – retomou-se a ação externa de interesse nacional, a vocação industrial e a conexão entre Estado e sociedade (CERVO, 2008), além de desenvolver uma "diplomacia ativa e afirmativa", na definição de Visentini (2013), encerrando a fase anterior de estagnação e esvaziamento dos anos 90.

A apropriação e desenvolvimento de tecnologias nacionais está centrada na possibilidade de se aumentar as vantagens militares e políticas no cenário internacional, que em determinados momentos, podem ser compreendidas como sendo relações de força e capacidades.

Elementos teórico-conceituais: autonomia nacional e estruturas regionais de poder

A política externa é um dos ramos da política estatal que tem como característica singular o fato de ser influenciada tanto por condicionantes políticos nacionais como internacionais. O próprio governo, visando determinados objetivos, cria agências especializadas para responder suas necessidades estratégicas, que na variável deste artigo correspondem as políticas de Defesa e segurança do Brasil, e a percepção destas por parte da Marinha de guerra brasileira entre os anos de 1970-80. Em paralelo a isso no campo teórico, a declaração de Clausewitz de que “a política é a inteligência orientadora, a guerra, apenas um instrumento” tem apenas um grande significado retórico. Entende-se que sua colocação tem pouca utilidade quando nos deparamos com as questões de segurança regional (CRAIG, 2003, p. 27s) e desenvolvimento de tecnologia autônoma nacional. Assim, pode-se destacar dois fatores fundamentais para as questões de Defesa: (1) *no campo político*, analisar as características que possibilitam a criação de padrões de interdependência, amizade-inimizade, entre Estados para a construção de um bloco de países que interagem pacificamente, dada sua proximidade geográfica; (2) *no campo de Defesa*, deve-se compreender os meios que possam preparar as Forças Armadas de um Estado, ou cooperação de um bloco de países, para possíveis conflitos extracontinental, levando em conta sua capacidade tecnológica bélica adquirida.

Alguns pontos-chave devem ser destacados para se entender as formulações estratégicas desta Força, levando em consideração a autonomia nacional. No projeto de desenvolvimento nacional, fortemente identificado durante a presidência do general Ernesto Geisel, pode-se observar a ideia da autonomia associada a política externa brasileira. Embora o contexto internacional fosse marcado pelos elementos da Guerra Fria, diferente da atual conjuntura, nota-se que a partir dos anos 70 o Brasil posicionava-se como sendo uma potência emergente. A política externa brasileira começa a dar maior atenção à decisões que atendam aos interesses do Brasil, através de uma maior diversificação dos parceiros estratégicos, naquilo que se chamou de "pragmatismo responsável" (HURREL, 2013, p. 251-254).

O *Estado desenvolvimentista* característico do regime militar brasileiro, definido por Amado Cervo (2008), voltou-se para a questão da autonomia como sendo um importante vetor para o desenvolvimento do país, de forma com que se diminua a dependência nacional perante outros

países. A apropriação e desenvolvimento de tecnologias nacionais está centrada na possibilidade de se aumentar as vantagens militares e políticas no cenário internacional, onde as próprias relações internacionais, em determinados momentos, podem ser compreendidas como sendo relações de força e capacidades. Neste sentido, até fins dos anos 1980, entende-se que o desenvolvimento nacional foi o principal vetor de ação da política externa brasileira. Assim, à política externa caberia atuar como instrumento do interesse nacional, buscando a cooperação, a expansão do comércio exterior e o suprimento de matérias primas, insumos e tecnologia nas relações com os demais países, mantendo o desenvolvimentismo em curso.

A partir de então, pode-se perceber a criação de diferentes eixos de inserção internacional a fim de ampliar vínculos, escapar da dependência hemisférica e, essencialmente, aumentar o poder de barganha em relação ao governo norte-americano. Deste modo, no eixo horizontal Norte-Sul, as relações com os Estados Unidos permaneceram importantes, mas com significativa perda de complementaridade entre as economias e divergências a respeito das políticas de segurança e Defesa do Brasil. A inovação da política externa do período está no direcionamento de relações com o eixo diagonal Sul-Leste e, especialmente, o eixo horizontal nas relações Sul-Sul (VISENTINI, 2013). A ideia de autonomia está presente no pensamento da Marinha, associada a outros setores da elite brasileira, como as elites empresariais e diplomáticas de modo geral.

O conceito propriamente dito de *autonomia* tem como eixo central o desenvolvimento de um projeto brasileiro nacional, que no decorrer dos últimos cinquenta anos pode ter sofrido algumas variações (HURRELL, 2013, p. 25s). Assim, este artigo abordará o conceito de *autonomia* associado ao projeto de desenvolvimento nacional, inserido na própria política externa do Brasil pautada em uma maior atuação do país no cenário internacional. A Marinha de guerra passa a ser um importante instrumento de poder do Estado brasileiro para, sobretudo, potencializar as relações de cooperação no entorno estratégico regional sem a interferência de atores extrarregionais, a exemplo dos Estados Unidos e Reino Unido. O não desenvolvimento de recursos de poder – entre eles o próprio Poder Naval – podem interferir de forma negativa na garantia da autonomia do Brasil.

Conforme anteriormente destacado o Brasil, de forma mais acentuada a partir dos anos de 1970, procurou reverter sua enorme dependência dos Estados Unidos em termos de meios navais. Neste sentido, as próprias formulações estratégicas sofreriam consideráveis mudanças, onde se percebe o anúncio de novas intenções de poder regional, e a isso soma-se um maior impulso para o desenvolvimento industrial com a finalidade de atuação a partir de uma política externa mais autônoma. Segundo o autor indiano Amit Gupta, o Brasil, na medida que vai se afastando da esfera de poder norte-americana, necessitou da criação de novas capacidades militares para a consolidação de um poder regional. O conceito de *estrutura regional de poder* – criado a partir de um estudo

comparado das aquisições militares de Índia, Israel e Brasil durante e pós-Guerra Fria – possibilita o entendimento e aplicação deste conceito no que se refere a reconfiguração internacional no tratamento direcionado às potências regionais. Gupta percebeu que as intenções das potências regionais estavam associadas a modernização das suas Forças Armadas e implementação de novas doutrinas militares (GUPTA, 1997) – que no caso deste artigo, podem ser utilizadas como possibilidade de criação de um novo pensamento estratégico da Marinha brasileira.

Afastamento da esfera de dependência diante dos Estados Unidos

Desde a Segunda Guerra Mundial existiu entre o Brasil e os Estados Unidos uma forte aproximação das agendas de Defesa e segurança, que resultaram em certa medida na dependência tecnológica do Brasil referente à grande potência. No decorrer da Guerra Fria, especialmente a partir dos anos de 1970, as formulações estratégicas e interesses conjuntos começaram a se distanciar, na medida em que o Brasil pretendia reduzir sua relação militar de clientelismo com os Estados Unidos. A autonomia estratégica do Brasil, segundo o pensamento militar naval, deveria se consolidar através de projetos de longo prazo, com a aquisição e desenvolvimento de armamento moderno, autonomia industrial e supremacia militar regional (SVARTMAN, 2011, p. 75-80).

Na esfera da política internacional, o Brasil estava procurando criar condições para iniciativas regionais afastadas dos núcleos centrais de poder, característicos da bipolaridade durante a Guerra Fria. As próprias decisões de política externa tinham por finalidade superar as dependências do país, buscando reforçar a autonomia nos setores energéticos, de comércio exterior, e especialmente de Defesa com a necessidade de desenvolver tecnologias avançadas para o Brasil. Movido pela estratégia da cooperação, o Brasil quis preservar o Atlântico Sul dos conflitos e motivar os países costeiros para ações em prol de seu desenvolvimento. Em 1985, apresentou à XL Assembleia Geral da ONU uma proposta que resultou na aprovação em 1986 da declaração do Atlântico Sul como "Zona de Paz e Cooperação" (ZOPACAS) com a finalidade de incentivar a cooperação entre os países da região e promover a paz sem a transferência de conflitos externos para a área (CERVO, 2008, p. 431-452). Atualmente o Brasil reconhece o continente africano como área de ação externa privilegiada, e o Atlântico Sul passa a ser o grande caminho para esse estreitamento de relações, como também, percebe-se a região como sendo uma região geoestratégica no sistema mundial (RIZZI, 2016, p. 58).

Ao Brasil pode-se destacar que, nas suas decisões sobre segurança e Defesa, o ciclo de negociações associadas aos interesses dos Estados Unidos – iniciadas de forma intensiva nos anos

1940 e que se estenderam até os anos de 1970³ – continuam sofrendo certo distanciamento. Para tanto, afirma-se a importância da reestruturação industrial do Brasil apoiada no desenvolvimento de tecnologias nacionais, que possam atender às necessidades do próprio desenvolvimento nacional. Percebe-se que atualmente a Estratégia Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento são inseparáveis, e representam um modelo de desenvolvimento para o Brasil, que em vários aspectos retomam os debates produzidos nas décadas de 1970-80. Em outras palavras, a capacitação tecnológica autônoma brasileira tende a abordar as necessidades de Defesa e desenvolvimento industrial, que possam atender não somente as necessidades militares, mas também, civis em sociedade. Assim, destaca-se a necessidade de se compreender as formulações estratégicas da Marinha através de um pensamento militar voltado para a autonomia nacional – nos seus vários aspectos. O próprio crescimento da atuação brasileira nos cenários internacional e regional, fez do aumento das capacidades – dos instrumentos de poder do Estado – uma necessidade para se garantir maior margem de autonomia na tomada de decisões.

A compreensão da formulação do pensamento naval brasileiro sobre as questões de Defesa, poderá interferir de forma decisiva sobre a eventual criação da zona de paz na América do Sul pretendida pelo governo brasileiro durante o regime militar, e que acabou sendo retomada pelos governos de Lula e Dilma. A projeção do poder militar brasileiro, em especial sobre as ações tomadas pela Marinha de guerra – cooperação militar e indústria de base independente – não devem gerar insegurança nas Nações vizinhas segundo as perspectivas do governo brasileiro. Sendo assim, deve-se compreender os grandes projetos da Marinha brasileira que preveem a ampliação de suas capacidades de sistemas operacionais. Portanto, o poder marítimo brasileiro e a criação de uma política naval pautada na reciprocidade entre países da região, passam a ser o ponto-chave correspondente às questões estratégicas de Defesa. Atualmente o diálogo proposto pelo Brasil com seus países vizinhos depende da capacidade da Marinha brasileira em definir qual será sua margem de atuação, levando em consideração suas perspectivas e desafios pertinentes à sua dependência tecnológica. A capacidade brasileira de participação nas operações internacionais de paz, fora de seu território e águas jurisdicionais⁴ perpassa pela formulação de um pensamento naval brasileiro.

³ Devido aos termos do Ato de Assistência de Segurança Internacional em que os Estados Unidos restringiam assistência a países que violassem os Direitos Humanos, o Brasil que em seu regime político interno vivia uma ditadura militar, decidiu romper em 1977 com o Acordo de Assistência Militar com os Estados Unidos. Este acordo assinado em 1952 havia levado aos Estados Unidos aproximadamente 3000 militares brasileiros. Consequentemente ao fim do Acordo Militar, naquele mesmo ano, somou-se o fim da Missão Naval no Rio de Janeiro, e fim das Juntas Militares Brasil-Estados Unidos, sediadas uma no Rio de Janeiro e outra em Washington. Sobre o afastamento militar entre Brasil e Estados Unidos ver: HURRELL, Andrew James. *The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985*. Brasília: FUNAG, 2013, p. 278s.

⁴ Este é um dos objetivos da Marinha do Brasil dentro dos seus assuntos estratégicos conforme a END – Estratégia Nacional de Defesa. p. 20.

De toda forma, a aspiração por uma maior autonomia nacional associada à sua capacidade militar própria, não pode ser entendida como um projeto nacional que teve continuidade ininterrupta dos anos de 1970 até o presente. A partir dos anos de 1980 pode-se perceber alguns pontos que destacam a vulnerabilidade do Brasil no que se refere a sua autonomia industrial militar, e que se intensificaram com a necessidade de se adaptar à ordem global no anos 1990. Os anos de 1990 inauguraram um novo reordenamento das relações internacionais com o fim da Guerra Fria através do avanço da ideologia neoliberal, da supremacia do mercado e da superioridade militar dos Estados Unidos. A formação dos blocos econômicos e a nova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia, refletiram no Brasil gerando instabilidade no pensamento e na estratégia externa do Brasil (CERVO, 2008, p. 455). A partir da ascensão à Presidência da República de Fernando Collor de Mello no início de 1990 até o ano de 2002 com o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, pode-se perceber determinado desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória.

Projetos da Marinha brasileira e sua atuação regional e internacional

As Forças Armadas por serem um instrumento do Estado brasileiro estão subordinadas ao poder político que determina as suas estratégias de inserção internacional. Pode-se perceber que a agenda dos assuntos de Defesa do Brasil começou a ficar mais ampla a partir dos anos de 1970 e que – a partir de uma retomada dos debates sobre a reestruturação das Forças Armadas – se intensificaram na última década. Durante a presidência do General Ernesto Geisel existiu uma maior preocupação no sentido do domínio da tecnologia da propulsão nuclear para submarinos de ataque, conforme a rivalidade existente com a Argentina. Posteriormente, a utilidade estratégica do submarino deslocou-se para a visão de que o Brasil precisava dispor de uma arma que dissuadisse possíveis manobras militares por parte das potências mundiais em sua costa litorânea.

As descobertas de petróleo na camada do pré-sal fortaleceram a decisão tomada há mais de quatro décadas, como também, percebe-se nos anos finais da década de 1970 determinada mudança de interesses do Brasil referente ao seu lugar no sistema internacional. Com Figueiredo na presidência do país, tomou-se a decisão de dar continuidade ao projeto com a contratação de engenheiros e técnicos para o programa do submarino de propulsão nuclear brasileiro, que se desmembrava em duas partes: (i) no domínio do ciclo de enriquecimento do combustível nuclear, e (ii) na construção de um reator piloto para testes (MARTINS FILHO, 2011, p. 277-284). Importantes projetos foram propostos durante dos anos de 1970-80, que abordaram tanto a capacidade militar dissuasória brasileira quanto a sua atuação na América do Sul e Atlântico Sul.

No campo tecnológico militar, destaque para as aquisições de quatro novas Fragatas do Reino Unido e construção de duas novas Fragatas no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro (AMRJ) através de um acordo de cooperação com o Reino Unido no começo dos anos 1970 (VIDIGAL, 2002, p. 11). É importante destacar que as relações navais entre o Brasil e o Reino Unido durante a Guerra Fria, referente ao caso da aquisição das Fragatas *Vosper*, não correspondeu somente a uma questão naval, mas de política externa, que revelou a disputa pelo mercado militar brasileiro por parte do Reino Unido. O Brasil interpretou a compra das Fragatas como sendo um negócio estratégico, que possibilitou importante afastamento da esfera de dependência aos Estados Unidos no que se refere a aquisição de material bélico. Pode-se identificar grande insatisfação, nos setores da Marinha do Brasil, no que se refere ao seu sucateamento e limitações tecnológicas colocadas pelos Estados Unidos (MARTINS FILHO, 2015, p. 73-90).

Entre os projetos de longo prazo, destaque para a construção do submarino de propulsão nuclear que atualmente está no plano de Defesa do Brasil, uma prioridade para disponibilizar os meios para uma atuação estratégica brasileira no Atlântico Sul e garantia de recursos energéticos. Destaca-se que o Brasil resolveu investir em um programa tecnológico autônomo de construção de um submarino de propulsão nuclear desde fins de 1978 (MARTINS FILHO, 2011, p 277). Entre os debates já produzidos destaca-se: (a) a formulação das políticas navais e suas variações conforme mudanças conjunturais internacionais, (b) os principais projetos da Marinha relacionados à sua autonomia tecnológica, (c) e as formulações estratégicas de forma geral, que envolvem o entorno regional brasileiro e os processos de cooperação no Atlântico Sul.

A necessidade de se construir um discurso de poder, uma narrativa de projeção de poder e importância internacional, perpassa pela ideia da autonomia nacional e defesa da soberania de um país. Neste sentido, o exercício de poder está relacionado as próprias estruturas internacionais de poder existentes, que podem interferir na atuação potencial do Brasil no conjunto dos países emergentes. A política externa depende da formulação de um pensamento militar que se identifique com a segurança nacional. A isso pode-se perceber uma maior intensidade nos debates dos setores militares entre os anos de 1974 até 1985, e que parecem estar ligados a uma retomada da identidade brasileira, identificada nos últimos quinze anos a partir do primeiro governo de Luis Inácio Lula da Silva (HURREL, 2013, p. 25-33). Para tanto, outros dois fatores devem ser destacados: (i) a criação de uma estrutura de poder regional; e (ii) a dependência tecnológica como elemento limitador da autonomia brasileira.

Para a construção de uma *estrutura de poder regional*, necessita-se da criação dos meios que possibilitem a garantia deste poder. Assim, uma política externa autônoma está fortemente ligada a ideia de autonomia tecnológica. A dependência tecnológica brasileira pode ser percebida já nos anos que iniciaram o século XX, no contexto do desenvolvimento industrial acelerado e os seus

resultados no setor de Defesa, na qual o Brasil não conseguiu acompanhar. A tecnologia é elemento fundamental – que reunindo a produção de armamentos e equipamento, configura novos modelos de treinamento – para a manifestação do poder e autonomia, inclusive naval (MARTINS FILHO, 2010, p. 14-17). As plataformas de combate navais são intensivas em tecnologia, a construção de um submarino com propulsão nuclear ou de um porta-aviões, constitui desafio que poucas potências logram vencer (MOREIRA, 2016, p. 29). O Brasil nos últimos cinquenta anos procurou reduzir a sua dependência tecnológica externa, não querendo ser um comprador de armas, mas parceiro de outros países no desenvolvimento de tecnologias.

A retomada de projetos estratégicos pode ser percebida a partir dos dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva enquanto Presidente da República, e que em certa medida tiveram continuidade com a sua sucessora Dilma Rousseff. Devido ao recente *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e a ocupação do seu cargo pelo vice-presidente Michel Temer, não se sabe com clareza se os principais projetos em andamento da Marinha terão continuidade. Isso nos remete a talvez uma nova interpretação do pensamento da Marinha para, no mínimo, os próximos quatro anos. De toda forma, o novo modelo estratégico brasileiro - preconizado na END⁵ - prevê elevado grau de autonomia industrial, como também, a cooperação no seu entorno estratégico regional – que compreende a América do Sul e Atlântico Sul – referente aos assuntos de Defesa. Atualmente, as intenções brasileiras sobre assuntos ligados a uma formulação sistemática e reorganização da indústria nacional, passam pela reação e aceitação dos países vizinhos na criação de um bloco regional de poder.

Considerações finais

Os debates produzidos a respeito de um maior protagonismo do Brasil no cenário internacional, levando em consideração o aumento das capacidades das Forças Armadas, podem ser identificados a partir dos anos de 1970. Neste momento percebe-se que o pensamento da Marinha brasileira volta-se suas preocupações para a criação dos meios que garantissem, ao Brasil, uma política externa mais autônoma. Assim, o modelo do Estado desenvolvimentista buscou atender as demandas voltadas para uma maior autonomia do Brasil, sendo um importante vetor de desenvolvimento do país, de forma com que diminuísse a dependência nacional perante outros países. Paralelamente a isso, a Marinha de guerra passa a ser um importante instrumento de poder do Estado brasileiro para, sobretudo, potencializar as relações de cooperação no seu entorno

⁵ Estratégia Nacional de Defesa.

estratégico regional sem a interferência de atores extrarregionais - especialmente dos Estados Unidos e Reino Unido.

Associada a ideia de autonomia regional a partir dos anos de 1970, as formulações estratégicas e de política internacional com os Estados Unidos - existentes desde os anos de inauguraram as Segunda Guerra Mundial - começaram a se distanciar da potência do Norte. O Brasil pretendia reduzir sua relação militar de clientelismo com os Estados Unidos, que acentuava a relação de dependência tecnológica perante a superpotência naval. Assim, nos anos de 1970 até início dos anos de 1990 prevaleceu o desenvolvimento de capacidades autônomas, associadas parcialmente ao acesso de tecnologia com fornecedores europeus. Os dois principais projetos da Marinha brasileira eram a aquisição e construção conjunta das Fragatas *Vosper* com o Reino Unido, e início do projeto do submarino de propulsão nuclear brasileiro em 1978. Todavia, a afirmação e a continuidade dos projetos da Marinha e a sua projeção de poder, em meio a crise econômica entre os anos de 1970 e 1980, não ocorreu nos anos de 1990.

A aspiração por uma maior autonomia nacional associada à sua capacidade militar própria, não pode ser entendida como um projeto nacional que teve continuidade dos anos de 1970 até o presente. Ocorreu uma intensificação da necessidade de se adaptar à ordem global nos anos 1990, marcada pelo reordenamento das relações internacionais com relação ao fim da Guerra Fria através do avanço da ideologia neoliberal, da supremacia do mercado e da superioridade militar dos Estados Unidos. Assim, entende-se que houve uma retomada dos projetos estratégicos iniciados nos anos de 1970-80 a partir dos dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (anos de 2003 à 2010) e que em certa medida tiveram continuidade com os governos de Dilma Rousseff entre os anos de 2011-2016.

Com o recente *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a ocupação de seu cargo pelo vice-presidente Michel Temer, não se sabe com clareza se os principais projetos em andamento da Marinha terão continuidade, ou então, se sofrerão consideráveis atrasos. Compromete-se desta forma, a formulação de uma política nacional no Brasil, que englobe o seu desenvolvimento pautado na autonomia tecnológica naval. A atual conjuntura de crise política interna pode resultar no abandono de importantes projetos de Defesa do país. A própria agenda de política externa do Brasil associada a um processo de cooperação regional, destacando a criação de uma zona de segurança entre os países sul-americanos e os países que compõem o litoral atlântico africano, pode sofrer considerável retração. Soma-se a isso a possibilidade de se ter uma menor margem de autonomia do Brasil diante das potências centrais, especialmente no setor de Defesa, de forma similar ao anos neoliberais de 1990.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil*. 2ª ed. República Federativa do Brasil, Ministério da Defesa, dezembro de 2008.

BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. *Regions and power: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CERVO, Amado Luiz (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: UnB Editora, 1994.

_____. *Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n. 2, p. 05-25, 2003)

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª ed. Brasília: UnB Editora, 2008.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CORRÊA, Fernanda das Graças. *O projeto do submarino nuclear brasileiro: uma história de ciência, tecnologia e soberania*. Capax Dei: Rio de Janeiro, 2010.

CRAIG, Gordon A. *O líder político como estrategista*. In: PARET, Peter (Org.). *Construtores da estratégia moderna*. De Maquiavel à Era Nuclear. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

DAVIS, Sonny B. *A brotherhood of arms: Brazil-United States military relations (1945-1977)*. Colorado: University Press of Colorado, 1996.

_____. Brazil-United States relations in early post-World War II era. *Revista Diálogos*. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. N. 6, 2004.

DOMINGOS NETO, Manuel (Org.). *O militar e a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

FLORES, Mario Cesar (Org.). *Panorama do poder marítimo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 1972.

GUPTA, Amit. *Building an Arsenal: the evolution of Regional Power Structures*. Westport: Praeger publishers, 1997.

HURREL, Andrew James. *The quest for autonomy: the evolution of Brazil's role in the international system, 1964-1985*. Brasília: FUNAG, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Monica. *Brasil como país intermediário e poder regional*. In: HURREL, Andrew. Os Bric e a ordem global. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 43-73.

MARTINS FILHO, João Roberto. *A Marinha brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, forças armadas e política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. *O projeto do submarino nuclear brasileiro*. CONTEXTO INTERNACIONAL - vol. 33, n. 2, julho/dezembro 2011.

_____. *Visões civis sobre o submarino nuclear brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) Vol. 29 nº 85 junho/2014.

_____. *Relações navais entre Brasil e Reino Unido durante a Guerra Fria: o caso da aquisição das Fragatas Vosper*. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.4, n.7, Jan./Jun. 2015, p. 73-103.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; VILLA, Rafael Duarte; LIMA, Marcos Costa; REIS, Rossana Rocha (Org.). *Clássicos das relações internacionais*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2010.

MOREIRA, William de Souza. *O Atlântico Sul: segurança, Defesa e desafios tecnológicos*. In: WINAND, Érica C. A.; RODRIGUES, Thiago; AGUIAR, Sérgio (Orgs.). *Defesa e Segurança do Atlântico Sul* (VIII ENABED). São Cristóvão: Editora UFS, 2016, p. 21-31.

PARET, Peter (Org.). *Construtores da estratégia moderna*. De Maquiavel à Era Nuclear. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

RIZZI, Kamilla R. *Brasil e Palop no Atlântico Sul: cooperação para o desenvolvimento, política e Defesa (1974-2014)*. In: WINAND, Érica C. A.; RODRIGUES, Thiago; AGUIAR, Sérgio (Orgs.). *Defesa e Segurança do Atlântico Sul* (VIII ENABED). São Cristóvão: Editora UFS, 2016, p. 50-62.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Brazil-United States Military Relations during the Cold War: Political Dynamic and Arms Transfers*. Brazilian Political Science Review (BPSR) (2011) 5 (2), 75-93.

VIDIGAL, Armando Amarin Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

_____. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro: meados da década de 70 até os dias atuais*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil (1930-2012): diplomacia, segurança e inserção na economia mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.